

Câmara Municipal de Paços de Ferreira



Relatório de Gestão
Ano 2011

Exercício 2011

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	ESTRUTURA ORGÂNICA	3
2.1	Composição da Câmara Municipal	4
2.2	Serviços Municipais	6
3	RECURSOS HUMANOS.....	8
3.1	Os Recursos Humanos	9
3.2	Estrutura de Antiguidade.....	12
3.3	Estrutura etária por Género.....	12
3.4	Estrutura Habilitacional	13
3.5	Formação Profissional na CMPF.....	14
3.6	Relatório anual da avaliação do desempenho.....	15
3.6.1	Nota Introdutória.....	15
3.6.2	Procedimentos em destaque.....	15
3.6.3	Análise à avaliação do desempenho na CMPF.....	16
3.6.3.1	Aferição e atribuição das quotas de desempenho relevante e reconhecimento de excelência.....	16
3.7	Notas Finais.....	17
4	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	18
4.1	Situação Económica	19
4.1.1	Análise dos Custos	24
4.1.2	Análise dos Proveitos.....	24
4.1.3	Análise dos Resultados.....	24

4.2 Situação Financeira	25
4.2.1 Análise Comparativa da Receita e da Despesa	25
4.2.1.1 Receita	25
4.2.1.2 Despesa	26
4.2.2 Análise da Execução Orçamental	27
4.2.2.1 Receita	27
4.2.2.1.1 Receitas Correntes.....	27
4.2.2.1.2 Receitas de Capital.....	29
4.2.2.1.3 Evolução da Receita Total.....	30
4.2.2.2 Despesa	32
4.2.2.2.1 Despesas Correntes.....	32
4.2.2.2.2 Despesas de Capital.....	35
4.2.2.2.3 Evolução da Despesa Total.....	36
4.2.2.2.4 Investimento	38
4.2.2.3 Endividamento.....	39
4.2.2.3.1 Capacidade de Endividamento por empréstimos a médio e longo prazo	39
4.2.2.3.2 Evolução das Dívidas	41
4.3 Indicadores de Gestão	42
5 PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE RESULTADOS	43
6 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO	45
7 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	47
8 NOTAS FINAIS	49

1.

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, respeitante ao exercício económico de 2011, pretende analisar de forma resumida os documentos de prestação de contas do exercício, com especial destaque para a situação económico-financeira do Município, com o intuito de explicitar alguns dos documentos citados.

2.

ESTRUTURA ORGÂNICA

2 ESTRUTURA ORGÂNICA

2.1 Composição da Câmara Municipal

No ano de 2011, o Órgão Executivo que geriu os destinos do Município de Paços de Ferreira teve a seguinte composição e respetivas funções:

PRESIDENTE

PEDRO ALEXANDRE OLIVEIRA CARDOSO PINTO

- ✚ Coordenação Geral;
- ✚ Urbanismo – Obras Particulares;
- ✚ Articulação com as Juntas de Freguesia;
- ✚ Proteção Civil e Preservação da Floresta
- ✚ Acção Social (articulado com o Vereador Dr. António Coelho);
- ✚ Economia, Empreendedorismo e Inovação;
- ✚ Mercados e Feiras.

VEREADORES

DR. MANUEL EUGÉNIO PINHEIRO MARTINS COELHO

- ✚ Planeamento e Desenvolvimento Urbanístico;
- ✚ Obras Municipais;
- ✚ Iluminação Pública e articulação com a EDP;
- ✚ Trânsito e Transportes;
- ✚ Cemitérios;
- ✚ Ambiente;
- ✚ Toponímia e Numeração de Polícia.

DR. ANTÓNIO MANUEL MOREIRA COELHO

- ✚ Habitação Social e Cooperativa;

-
- ↓ Desporto, Recreio e Lazer;
 - ↓ Ação Social (articulado com o Presidente da Câmara);
 - ↓ Associativismo;
 - ↓ Cultura e Património Cultural;
 - ↓ Turismo;
 - ↓ Juventude.

DRA. MARIA ALICE GUIMARÃES DA COSTA RODRIGUES FERREIRA

- ↓ Educação e Formação;
- ↓ Transportes Escolares;
- ↓ Ação Social Escolar;
- ↓ Saúde.

DR. HUMBERTO FERNANDO LEÃO PACHECO DE BRITO

Sem pelouros atribuídos.

DR. PAULO SÉRGIO LEITÃO BARBOSA

Sem pelouros atribuídos.

DRA. FILOMENA LUÍS NOGUEIRA DA SILVA

Sem pelouros atribuídos.

2.2 Servicos Municipais

Estrutura dos serviços municipais, reportada a 31/12/2011

Gabinete de Apoio à Presidência

Dr. Duarte Alves – Chefe de Gabinete

Dra. Cláudia Babo - *Secretária da Presidência*

Dra. Olga Maria Rocha Leite Silva – *Adjunta da Presidência*

Departamento Administrativo Jurídico Financeiro

O Departamento Administrativo Jurídico Financeiro, dirigido por um Diretor de Departamento, tem por atribuição o apoio técnico administrativo e jurídico às atividades desenvolvidas pelas restantes unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas integrantes do mesmo. É composto pela Divisão Jurídica, pela Divisão de Gestão Administrativa e pela Divisão de Contabilidade.

Diretor Departamento – Dr. José Manuel Ribeiro Leão.

Divisão Jurídica – Não preenchido

Chefe de Divisão de Gestão Administrativa – Eng. António Alberto Martins Carneiro Brito (em regime de substituição).

Chefe de Divisão de Contabilidade – Dr. Manuel António Lobo Pacheco.

Departamento de Obras Municipais de Infraestruturas e Ambiente

O Departamento de Obras Municipais, Infraestruturas e Ambiente, dirigido por um Diretor de Departamento, agrega um conjunto de valências relacionadas com a gestão das obras realizadas por conta do município, com a prestação de serviços urbanos, com a gestão de meios operacionais comuns aos diversos serviços municipais e, ainda, com a intervenção na resolução rápida de problemas no espaço e equipamentos públicos e nos edifícios e equipamentos municipais.

Diretor de Departamento – Eng.º Manuel Gomes de Abreu (em regime de substituição)

Chefe de Divisão de Projetos Municipais – Arq. Paulo Bettencourt

Chefe de Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Obras - Eng.^º Fernando Manuel António

Chefe de Divisão de Administração Direta - Não preenchido

Departamento de Obras Particulares e Urbanismo

O Departamento de Obras Particulares e Urbanismo tem por atribuição assegurar a coordenação das unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas que compõem o departamento, bem como articular e implementar os planos municipais de ordenamento do território e o sistema de informação e controle dos processos urbanísticos.

Diretor de Departamento - Não preenchido

Chefe de Divisão de Licenciamento – Eng. António Alberto Martins Carneiro Brito (em regime de substituição).

Departamento Municipal de Desenvolvimento Social

O Departamento de Desenvolvimento Social visa a implementação de políticas nas áreas de Educação, Ação Social, Cultura, Turismo, Desporto, Recreio, Lazer e Juventude.

Chefe de Divisão de Educação, Cultura, Desporto e Ação Social – Dra. Fernanda Maria Taipa Bessa Mendes

Divisão de Apoio Jurídico, Expropriações e Planeamento

Chefe de Divisão de Apoio Jurídico, Expropriações e Planeamento – Dr. António Daniel Pinto Cerqueira.

A Divisão de Apoio Jurídico, Expropriações e Planeamento tem como missão assegurar a legalidade da atuação do Município no que concerne aos processos de expropriação, bem como o planeamento, acompanhamento, promoção e implementação de planos de ordenamento do território na área do Município.

3.

RECURSOS HUMANOS

3 OS RECURSOS HUMANOS

3.1 Os Recursos Humanos

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira tem como missão prestar serviços de interesse público para a comunidade, no âmbito do Município de Paços de Ferreira e promover o desenvolvimento económico-social e a qualidade de vida no município. Para a prossecução da sua missão a CMPF dispõe de um mapa de pessoal cada vez mais reduzido conforme se pode verificar nos dados abaixo descritos.

A estrutura orgânica da CMPF contava em 31 de Dezembro de 2011 com uma dimensão de 491 efetivos, com as seguintes naturezas jurídicas.

Quadro 1. Estrutura Jurídica de Pessoal a 31 de Dezembro de 2011

Comissão de Serviço (dirigentes)	CTFP – tempo indeterminado	CTFP – tempo parcial	Total
8	420	63	491

Neste ponto foram considerados todos os trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2011 mantêm um vínculo com a CMPF. Importa referir que dos 420 trabalhadores, 11 se encontram fora da CMPF: - em regime de mobilidade 2 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 3 assistentes operacionais; em regime de Comissão de serviço estão 2 trabalhadores da carreira de assistente técnico e ausentes através de uma licença sem remuneração (prevista na Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro), estão 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional.

No quadro 2 podemos verificar o número de trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, incluindo o pessoal não docente transferido ao abrigo do Protocolo de Transferência de Competências em matéria de Educação, bem como os professores das Atividades Extra Curriculares (CTFP – Tempo Parcial).

Quadro 2. Distribuição dos trabalhadores em 31 de Dezembro de 2011

Ano	Pessoal Câmara	Pessoal Não Docente	Professores AEC	Total
2011	258	170	63	491

Quadro 3. Por grupos profissionais

Grupo Profissional	Nº	Pessoal Não Docente
Dirigentes	8	0
Técnicos Superiores	48	1
Assistentes Técnicos	60	25
Assistentes Operacionais	115	144
Outros	27	0
Técnicos AEC's (Tempo parcial)	63	0
Total	320	170

Em relação à distribuição dos efetivos por grupos profissionais é feita a separação entre o pessoal transferido ao abrigo da transferência de competências em matéria de educação, e o restante pessoal.

De referir ainda que o item “**Outros**” comprehende:

- 1 Especialista Informática;
- 2 Técnicos Informática
- 1 Fiscal Leituras e Cobranças;
- 19 Policias Municipais;
- 1 Comandante Policia Municipal;
- 3 Fiscais Municipais.

Quadro 4. Evolução do número de efetivos de 2008 a 2011

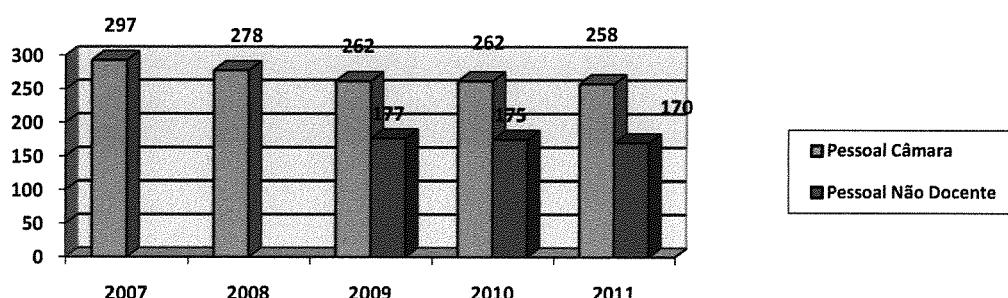
Ano	CTFPTI	%	CTFP - TP	%	Total
2007	297	95,44%	14	4,56 %	307
2008	278	79,65%	71	20,34%	349
2009	439	87,28%	64	12,72%	503
2010	437	85,85%	72	14,15%	509
2011	428	87,17%	63	12,83%	491

Relativamente à evolução do nº de efetivos ao longo dos últimos anos importa referir e salientar a redução considerável do nº de trabalhadores. Enquanto a tendência nacional apresenta uma evolução do nº de trabalhadores na administração local e consequentemente nas despesas com pessoal, aumento este justificado com o constante

reforço das competências das autarquias, a CMPF apresenta uma tendência inversa, apresentando um rácio de 5,1 trabalhadores para cada mil habitantes, quando a média nacional é de 18,5.

O ano de 2008, ano anterior à assinatura do protocolo de transferência de competências em matéria de educação, o nº de trabalhadores era de 278 (trabalhadores da CMPF e eram 297 em 2007) e 71 Técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular. Em 31 de Dezembro do ano de 2011, este número baixa para os 258 trabalhadores, havendo uma redução de 35 trabalhadores desde o ano de 2007. Mesmo ao nível do pessoal não docente a CMPF tem reduzido igualmente o nº de trabalhadores, que agora se apresenta nos 170 trabalhadores. De salientar ainda, a inexistência dos contratos de trabalho a termo, quer pessoal da CMPF, quer pessoal não docente.

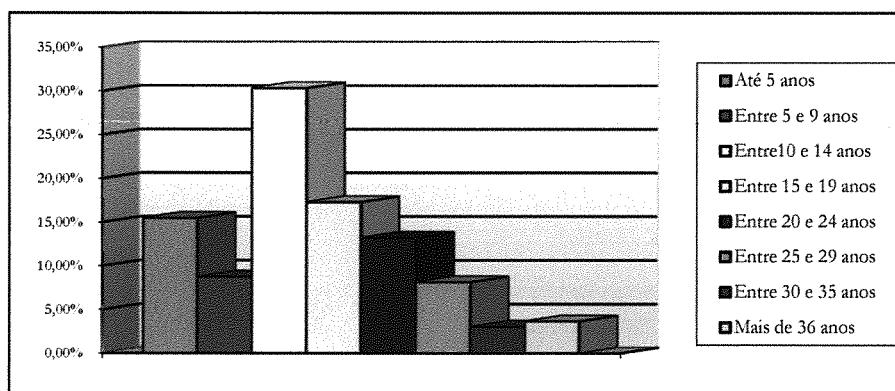
O gráfico seguinte apresenta a evolução nos últimos 5 anos:



3.2 Estrutura de Antiguidade

O quadro seguinte apresenta-nos a antiguidade, no ano de 2011.

Tempo de serviço	2011	%
Até 5 anos	76	15,47%
Entre 5 e 9 anos	43	8,76%
Entre 10 e 14 anos	149	30,35%
Entre 15 e 19 anos	85	17,31%
Entre 20 e 24 anos	65	13,24%
Entre 25 e 29 anos	40	8,15%
Entre 30 a 35 anos	15	3,05%
Mais de 36 anos	18	3,67%
TOTAIS	491	100%

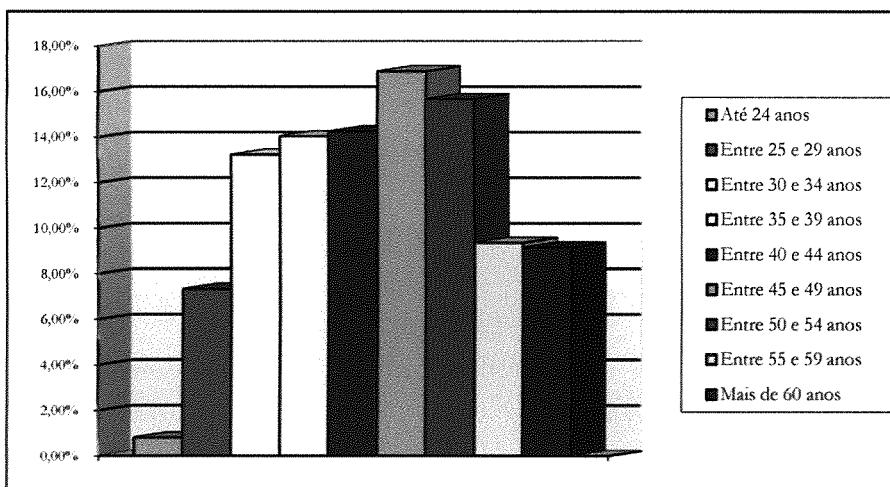


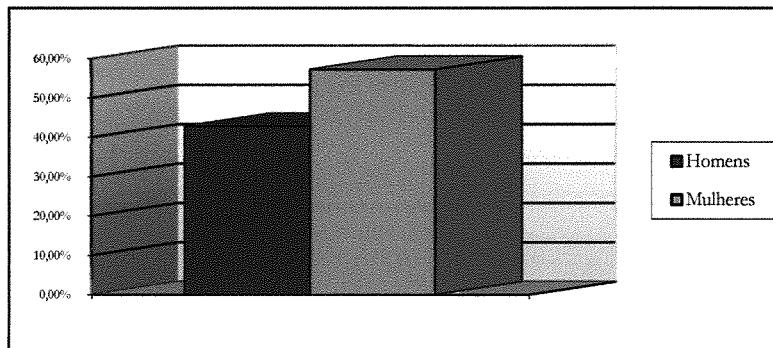
Em relação à estrutura de antiguidades, verifica-se que o maior número de efetivos se encontra na classe de intervalo entre 10 e 14 anos.

3.3 Estrutura etária por género

Com base na análise no quadro abaixo, conclui-se que o efetivo se distribui predominantemente nos níveis etários compreendidos entre os 45 e os 54 anos de idade.

Escalão Etário	2011	%
Até 24 anos	4	0,81%
Entre 25 e 29 anos	36	7,33%
Entre 30 e 34 anos	65	13,24%
Entre 35 e 39 anos	69	14,05%
Entre 40 e 44 anos	70	14,26%
Entre 45 e 49 anos	79	16,90%
Entre 50 e 54 anos	77	15,68%
Entre 55 e 59 anos	46	9,37%
Mais de 60 anos	45	9,16%
TOTAIS	491	100%





A distribuição global dos efetivos demonstra que 51,1% dos 491 trabalhadores da CMF têm mais de 45 anos de idade. No que toca à distribuição de efetivos por género, verifica-se que há uma predominância do sexo feminino na CMF.

3.4 Estrutura Habilimental

A distribuição dos trabalhadores pelos níveis de habilitações literárias foi efetuada a partir das habilitações adquiridas pelos trabalhadores e não pelas legalmente exigidas para o ingresso nas respetivas carreiras profissionais.

Habilitações Literárias	2010	%
Menos de 4 anos de escolaridade	0	0
4 Anos de escolaridade (4ª classe)	108	22%
6 Anos de escolaridade (ciclo preparatório)	51	10,39%
9 Anos de escolaridade	85	17,31%
11 Anos de escolaridade	59	12,02%
12 Anos de escolaridade	51	10,39%
Bacharelato	6	1,22%
Licenciatura	127	25,87%
Mestrado	4	0,80%
Doutoramento	0	-----
TOTAIS	491	100%

Cerca de 25,87% dos efetivos possui uma licenciatura. O aumento da percentagem verificada no número de efetivos com o grau académico ao nível da licenciatura, reflete o investimento que cada trabalhador faz no sentido de valorizar o seu conhecimento.

As habilitações escolares ao nível do ensino secundário apresentam uma taxa de 22,41%.

Da análise dos dados inscritos no presente quadro, verifica-se que 22% possuem apenas a quarta classe. Com a habilitação mínima obrigatória exigida atualmente (9 anos de escolaridade), conclui-se que somente 17,31% do total dos

trabalhadores têm este grau académico.

3.5 Formação Profissional na CMPF

A formação profissional tem um papel relevante na qualificação e desenvolvimento de recursos humanos e, consequentemente, na produtividade e na competitividade dos organismos da administração. A ênfase colocada na qualificação técnica e na atualização permanente de conhecimentos dos recursos humanos surge como uma exigência imperativa para um mais rápido ajustamento e desempenho profissional.

Assim, aprender, ou melhor Auto aprender, é atualmente uma necessidade imperativa e uma condição indispensável de participação no desenvolvimento das instituições públicas. É neste contexto que a CMPF continua a apostar na formação contínua dos seus recursos humanos, proporcionando-lhes formas e meios para a aquisição dos conhecimentos necessários às exigências constantes da administração pública local, com um orçamento muito reduzido. Desta forma, os trabalhadores continuaram a participar em ações de formação profissional, consideradas imprescindíveis para o desenvolvimento da sua atividade profissional, na maior parte das vezes em regime de autoformação ou formação gratuita, sem qualquer custo para a CMPF.

Assim, a despesa total com a formação profissional no ano de 2011 não ultrapassou os 865,00 €, registando-se as seguintes participações.

	<i>Dirigentes</i>	<i>Técnico</i>	<i>Assistente</i>	<i>Assistente</i>	<i>Polícia</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
	<i>Intermédios</i>	<i>Superior</i>	<i>Técnico</i>	<i>Operacional</i>	<i>Municipal</i>		
<i>Totais</i>	8	29	12	2	1	1	53

3.6 Relatório anual da avaliação do desempenho

3.6.1 Nota Introdutória

No âmbito da aplicação da avaliação de desempenho prevista no SIADAP e em cumprimento do disposto no artigo 77º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro adaptado à administração local através do Decreto Regulamentar nº 18, foi elaborado o presente relatório síntese do processo de avaliação de desempenho referente ao período entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro do ano de 2011, dos dirigentes intermédios e trabalhadores do Município de Paços de Ferreira.

No ano de 2011, e desde a sua implementação, procedeu-se, mais uma vez, à aplicação dos sistema de avaliação de desempenho SIADAP, a todos os trabalhadores e dirigentes, de acordo com o estabelecido nos diplomas legais supra referidos, bem como no Regulamento do CCA da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, e nas deliberações deste órgão, num esforço pela consolidação dos mecanismos e das ferramentas criadas, pela otimização das rotinas de operacionalização da avaliação do desempenho e dos circuitos de informação e divulgação.

3.6.2 Procedimentos em destaque

- Na primeira reunião do Conselho de Coordenação de Avaliação foram aprovados:
 - Diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP;
 - Calendarização do processo de avaliação para o ano de 2011;
- No mês de Dezembro de 2010, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Decreto regulamentar nº 18/2009 de 4 de Setembro, foi constituída a Comissão Paritária para o biénio 2010-2011.
- Elaboraram-se diversas orientações, no final do ano de 2010 / início de 2011:
 - Divulgação dos objetivos estratégicos da Câmara Municipal de Paços de Ferreira para 2011;
 - Emissão de orientações para definição de objetivos para 2011 aos vários agrupamentos de escolas do concelho, através da Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente;
 - Lista de avaliados a cada avaliador;
 - Documento com orientações a ter em conta na definição de objetivos para

2011;

- Na fase de planeamento do processo de avaliação, distribuição das quotas por serviços por forma a garantir a equidade no sistema de avaliação.
- Para além da divulgação destes documentos, e no sentido de acompanhar o desenvolvimento do processo de avaliação, facultaram-se várias informações via e-mail a todos os avaliadores.

3.6.3 Análise à Avaliação do Desempenho na C M P F

3.6.3.1 Aferição e atribuição das quotas de desempenho relevante e reconhecimento de excelência

Para os efeitos consignados no artigo 75º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro, foram fixadas as correspondentes percentagens máximas para as avaliações de desempenho relevante, respetivamente 25% dos trabalhadores na carreira respetiva.

Neste âmbito, os trabalhadores avaliados foram agregados **em 5 grupos:**

Quadro 1.

Nº de efetivos por grupo de pessoal sujeitos a diferenciação de desempenho em 2011

Grupos de Pessoal	Nº de Efetivos	Quotas Relevantes	Relevantes atribuídos	Adequados
Dirigentes Intermédios de I e II grau	8	2	0	8
Técnico Superior	46	12	6	40
Assistente Técnico	80	20	9	71
Assistente Operacional	256	63	53	203
Fiscalização e Polícia Municipal	23	5	0	23
Total:	413	102	68	345

3.7 Notas Finais

As 413 avaliações foram efetuadas num processo de articulação e parceria internas entre as unidades orgânicas da CMPF, envolvendo o Exmo. Executivo, avaliadores e avaliados, a Secção Autónoma para avaliação do Pessoal Não Docente, o Conselho de Coordenação de Avaliação e a Comissão Paritária.

Ao longo dos anos tem-se verificado uma participação cada vez mais ativa de todos os profissionais no processo avaliativo, acompanhado de uma maior sensibilização para a gestão por objetivos, o que tem contribuído para que a CMPF, obtenha, com qualidade, os resultados esperados.

4.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 Situação Económica

A atividade económico-financeira do Município reportada ao ano em análise, foi marcada pela continuação da execução de alguns projetos plurianuais programados desde o início do mandato deste Executivo, donde se destacam os seguintes.

Ao nível da Educação:

- A conservação e reparação de Edifícios Escolares em todo o Concelho;
- Aquisição de mobiliário e equipamento para Edifícios Escolares;
- Atividades de Enriquecimento Curricular;
- Reforço da Ação Social Escolar;
- Fornecimento de refeições escolares;
- Programa de distribuição da fruta escolar;
- Inauguração da Escola Básica 2,3/S de Freamunde;
- Inauguração dos Centros Escolares de Freamunde, Paços de Ferreira, Meixomil e de Raimonda;
- Continuação da Construção do Centros Escolares de Arreigada;
- Preparação do reinício das obras dos Centros Escolares de Eiriz e Seroa;
- Construção de acessos aos Centros Escolares;
- Está quase ultimado o Curso de Pós-Graduação em Design de Mobiliário que avançará no próximo ano letivo.

Ao nível da Ação Social:

- Realização do Verão Ativo e outros programas para a infância e juventude;

- Serviço de Atendimento Integrado;
- Serviço de Ação Social;
- Presidência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;
- Gabinete de Inserção Profissional em articulação com IEFP;
- Dinamização da Rede Social de Paços de Ferreira e participação na Plataforma Supra Municipal do Tâmega e Sousa;
- Participação ativa na Agenda para a empregabilidade do Tâmega e Sousa;
- Execução do Programa Capital Solidária que contempla dez medidas de apoio social e venceu o prémio de boas práticas na vertente respostas sociais atribuído pelo Centro Distrital da Segurança Social etc;
- Dinamização do Balcão Social para apoio social às famílias em situação de emergência, ao nível da alimentação, vestuário e mobiliário;
- Celebração de Contratos de Financiamento com as IPSS.

Ao nível da Habitação:

- Manutenção e conservação do parque habitacional;
- Apoio à habitação através da Capital Solidária
- Colocação de famílias em habitação social no âmbito do Regulamento Capital Solidária;
- Atividades para a inserção, socialização e gestão doméstica da população residente em habitação social

Ao nível do Ordenamento do Território:

- Construção da 1ª fase do Parque Urbano de Paços de Ferreira;
- Aquisição de terrenos para Zonas de Lazer;
- Construção de infraestruturas de Loteamentos;

- Continuação dos investimentos em espaços de lazer e zonas ribeirinhas, entre os quais o Centro Cívico de Frazão, Parque de Lazer de Freamunde e apoio ao Parque de Lazer de Meixomil;
- Início das obras de regeneração urbana.

Ao nível da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza:

- Requalificação de Espaços Verdes e Jardins;
- Conservação e beneficiação de Jardins;
- Construção de Jardins;
- Tratamento de árvores.

Ao nível da Cultura Desporto, Recreio e Lazer

- Realização de Ciclos Culturais temáticos com programação variada e envolvimento dos agentes culturais locais;
- Realização da Feira do Livro;
- Animação dos equipamentos culturais;
- Apoio e valorização dos agentes culturais locais (autores, artistas e associações);
- Promoção e valorização do património imaterial e material;
- Realização do Experimentarte 2011 – artes plásticas;
- Realização do programa Capital Criativa que visa qualificar o espaço público com peças artísticas resultantes de um concurso nacional de escultura;
- Articulação com a Empresa Municipal Gespaços pela gestão dos espaços desportivos municipais, nomeadamente, o Pavilhão Desportivo Municipal, o Pavilhão Municipal de Modelos, as Piscinas Municipais de Paços de Ferreira e Freamunde e os Pavilhões das EB2,3 de Paços de Ferreira, Freamunde, Frazão e Eiriz;

- Disponibilização à população dos polidesportivos dos Centros Escolares de Carvalhosa, Ferreira, Figueiró, Frazão, Freamunde, Lamoso, Meixomil, Paços de Ferreira, Penamaior, Raimonda e Sanfins de Ferreira.
- Realização do Setembro Jovem;
- Realização dos jogos Concelhios que envolvem todo o Município num programa de competição desportiva entre as 16 freguesias do Concelho abrangendo diversas modalidades desportivas e recreativas;
- Celebração de Contratos-Programa de desenvolvimento desportivo com as associações desportivas consagrando apoio financeiro, logístico e administrativo;
- Desenvolvimento de programas de promoção da atividade física, da saúde e de hábitos de vida saudável.

Ao nível da Indústria e Energia:

- Otimização da Rede de Iluminação Pública através da instalação de relógios astronómicos, da desligação de alguns candeeiros e da abertura de concurso público para instalação de reguladores de fluxo no âmbito do Projeto de Eficiência Energética;
- Foram apoiados vários projetos de investimento, estando alguns em execução da construção, outros já iniciaram a laboração e outros estão em processo de licenciamento, localizados nos Pólos de Acolhimento Empresarial;
- Estão em curso os trabalhos da Cidade Tecnológica, designadamente o projeto da incubadora industrial e transferência de tecnologia em parceria com o Instituto Politécnico do Porto. Este projeto é assumido pelo IPP como o seu principal projeto de apoio ao empreendedorismo a poio à inovação;
- Na CT estão incubadas neste momento 10 empresas;

- Continua o trabalho para a montagem do Centro de Excelência para a Indústria do Mobiliário que engloba o Centro Avançado de Design no contexto da Cidade Tecnológica;
- Articulação com a Associação Empresarial em vários programas de estímulo à economia.

Ao nível dos Transportes Rodoviários:

- Execução de Passeios no Concelho;
- Conservação e beneficiação de Arruamentos e Vias Municipais;
- Delegações de competências nas Juntas de Freguesia;
- Lançamento dos concursos para recuperação de várias vias estruturantes.

4.1.1 Análise dos Custos

Os custos totais do exercício registaram o montante de 25.011.121,57 €, que tiveram a sua expressão mais significativa nas seguintes contas:

62 – Fornecimentos e serviços externos (FSE) – 7.665.835,28 €

Regista-se uma diminuição nos (FSE).

63 – Transferências e subsídios correntes concedidos (TSCC) – 1.909.118,39 €

Regista-se uma diminuição nas (TSCC).

64 – Custos com o pessoal – 8.008.659,65 €

Aumentou por causa do início da regularização da ADSE

66 – Amortizações do exercício – 2.376.366,23 €

4.1.2 Análise dos Proveitos

Os proveitos do exercício registaram o montante de 23.201.490,87€.

Contribuíram para este volume de proveitos os seguintes fatores:

71 – Vendas e prestação de serviços – 1.233.959,05 €

72 – Impostos e Taxas – 7.289.515,62 €

Verificou-se um aumento destes proveitos.

74 – Transferências e fundos obtidos – 12.322.324,83 €

Verificou-se um decréscimo nesta conta relativamente ao ano anterior, provocado com o corte efetuado pelo Estado, nas transferências para as Autarquias Locais.

4.1.3 Análise dos Resultados

O Resultado Líquido do Exercício (RLE) apurado e reportado ao ano em análise foi de, (1.809.630,70 €). É uma redução de 83%.

4.2 Situação Financeira

4.2.1 Análise comparativa da Receita e da Despesa

4.2.1.1 Receita

Para financiamento da sua atividade, o Município contou em 2011 com receitas provenientes de diversas origens que totalizaram o valor 35.090.491,20 €, de onde se podem destacar as seguintes:

1. Transferências

1.1 Fundos Municipais Correntes	6.057.679,00
1.2 Fundos Municipais de Capital	2.755.431,00
1.3 Outras (Correntes + Capital)	<u>15.609.348,16</u>
	<u>24.422.458,16</u>

2. Receitas Próprias

2.1 Impostos Diretos	5.809.032,39
2.2 Impostos Indiretos	288.027,20
2.3 Outras (Venda bens e serviços, Taxas, Passivos Financeiros, etc.)	<u>4.570.973,45</u>
	<u>10.668.033,04</u>
	<u>35.090.491,20</u>

3. Saldo da Gerência anterior

1.123.692,25

4. Total Geral

36.214.183,45

Em síntese:

Receita Global.....	35.090.491,20 €
Receitas Correntes.....	18.714.991,78 € (53,33%)
Receitas Capital.....	16.351.067,27 € (46,60%)
Outras Receitas.....	24.432,15 (0,07%)

4.2.1.2 Despesa

O montante global da despesa cifrou-se em 35.271.785,13 €, que representa um acréscimo de (6,31%), em relação ao período anterior, o que acompanhou o comportamento verificado na receita.

Em síntese:

Despesa Global.....	35.271.785,13 €
Despesas Correntes.....	17.143.782,65 € 48,60%
Despesas Capital.....	18.128.002,48 € 51,40%

QUADRO DA COBERTURA DAS DESPESAS PELAS RECEITAS
(PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL)

Receitas			Despesas		
	Valor	%		Valor	%
Correntes	18.714.991,78	53,33	Correntes	17.143.782,65	48,60
Capital	16.351.067,27	46,60	Capital	18.128.002,48	51,40
Outras	24.432,15	0,07	Outras	0,00	0,00
TOTAL	35.090.491,20	100	TOTAL	35.271.785,13	100

A leitura deste quadro permite concluir que o **Princípio do Equilíbrio Orçamental** foi respeitado, ou seja, o valor das despesas correntes, não ultrapassou o valor das receitas correntes. Realça-se ainda o facto de haver peso maior das despesas de capital face às despesas correntes.

4.2.2 Análise da Execução Orçamental

4.2.2.1 Receita

4.2.2.1.1 Receitas Correntes

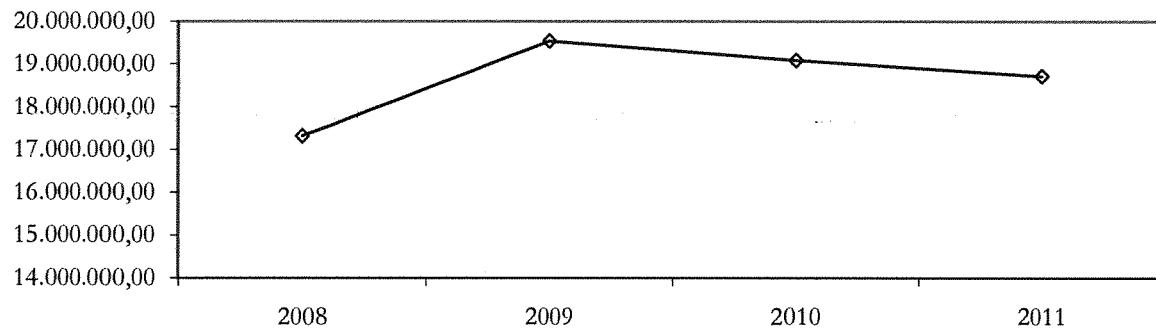
O total da receita corrente cobrada em 2011, foi de 18.714.991,78€, tendo-se registado um decréscimo de (370.381,03€), que representa uma diminuição de (1,94%) em relação ao ano anterior.

A evolução dos últimos 4 anos é destacada nos seguintes Quadros e Gráficos.

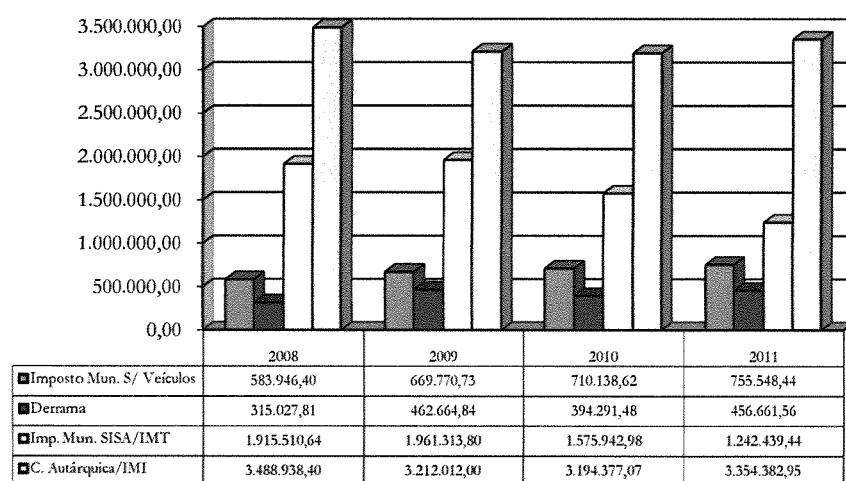
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

	DESCRÍÇÃO	2008	2009	Var. %	2010	Var. %	2011	Var. %	Estr.
									%
1	IMPOSTOS DIRECTOS	6.303.423,25	6.305.761,37	0,04	5.874.750,15	-6,84	5.809.032,39	-1,12	31,04
	IMI/CA	3.488.938,40	3.212.012,00	-7,94	3.194.377,07	-0,55	3.354.382,95	5,01	17,92
	IUC/IMV	583.946,40	669.770,73	2,16	710.138,62	6,03	755.548,44	6,39	4,04
	Derrama	315.027,81	462.664,84	46,86	394.291,48	-14,78	456.661,56	16,58	2,44
	IMT/SISA	1.915.510,64	1.961.313,80	2,39	1.575.942,98	-19,65	1.242.439,44	-21,16	6,64
	Imposto Diversos	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	IMPOSTOS INDIRECTOS	558.943,75	380.601,78	-31,91	338.320,11	-11,11	288.027,20	-14,87	1,54
3	TAXAS, MULTAS E OUTROS PENAL.	556.662,86	483.159,89	-13,20	500.357,58	3,56	565.510,43	13,02	3,02
4	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	64.512,63	38.323,35	-40,60	40.658,74	6,09	22.567,01	-44,50	0,12
5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.233.442,99	10.113.530,61	39,82	10.001.569,53	-1,11	9.685.664,89	-3,16	51,75
	Transferências do Estado	7.200.079,20	10.080.470,79	40,00	9.985.541,24	-0,94	9.658.603,32	-3,27	51,60
	Outras	33.363,79	33.059,82	-0,91	16.028,29	-51,52	27.061,57	68,84	0,15
6	VENDA DE BENS	61.756,90	38.383,25	-37,85	9.020,44	-76,50	14.233,48	57,79	0,08
7	VENDA DE SERVIÇOS/RENDAS E ALUG.	2.319.456,10	2.161.818,35	-6,80	2.242.490,99	3,73	2.261.323,71	0,84	12,08
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	217.337,75	10.275,77	-95,27	78.205,27	661,06	68.632,67	-12,24	0,37
	TOTAL.	17.315.536,23	19.531.854,37	12,80	19.085.372,81	-2,29	18.714.991,78	-1,94	100

Evolução das Receitas Correntes



Evolução das Receitas Correntes: Impostos Directos



Atente-se o seguinte rácio de atividade:

$$\frac{\text{Impostos Locais}}{\text{Peso dos Impostos Locais na Receita Total}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{6.097.059,59}{\text{Receita Total}} \times 100 = 17,38\%$$

$$\frac{6.097.059,59}{35.090.491,20} \times 100 = 17,38\%$$

Os Impostos Locais representam 17,38% da receita total arrecadada pelo Município.

4.2.2.1.2 Receitas de Capital

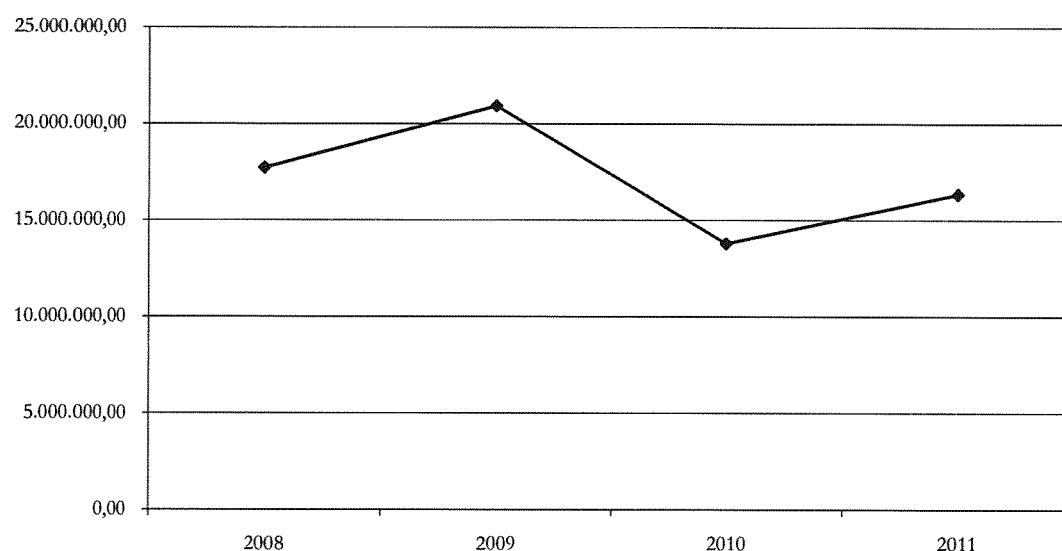
O total da receita de capital cobrada em 2011, foi de 16.351.067,27 €, tendo-se registado um acréscimo de (2.553.815,25 €), ou seja 18,51%, em relação ao ano anterior.

A evolução dos últimos 4 anos é destacada nos seguintes Quadros e Gráficos.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

DESCRÍÇÃO	2008	2009	Var.%	2010	Var.%	2010	Var.%	Est.%
9 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	4.980.303,60	0,00	-100	360.762,50	100	993.084,00	175,27	6,07
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.218.532,85	10.091.493,51	9,47	13.436.489,52	33,15	14.736.793,27	9,68	90,13
Participação nos Impostos do Estado	2.784.034,00	2.874.148,00	3,24	3.479.385,71	21,06	3.512.739,52	0,96	21,48
OUTRAS	22.882,57	5.243,07	77,09	13.976,26	166,57	0,00	-100,00	0,00
FEDER	6.411.616,28	7.212.102,44	12,48	9.943.127,55	37,87	11.224.053,75	12,88	68,65
11 PASSIVOS FINANCEIROS	3.518.821,98	10.800.795,74	206,94	0,00	-100	600.000,00	100	3,67
12 OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.191,00	100	0,13
TOTAL	17.717.658,43	20.892.289,25	17,92	13.797.252,02	-33,96	16.351.067,27	18,51	100

Evolução das Receitas de Capital

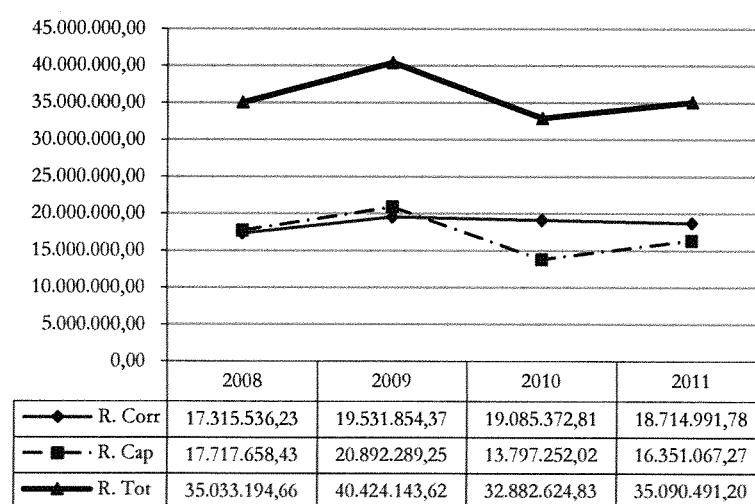


4.2.2.1.3 Evolução da Receita Total

Gráfico Resumo

Permite constatar o comportamento das receitas correntes e de capital.

Resumo da Evolução da Receita Total



Nota: Neste quadro falta o valor de 24.432,15 €, respeitante a Reposições Não Abatidas nos Pagamentos.

**Dependência das transferências da Administração Central
(no contexto da Receita Total)**

$$\text{Peso dos Fundos Municipais na Receita Total} \times 100 \Leftrightarrow \frac{\text{FEF+FSM+PFIRS}}{\text{Receita Total}} \times 100 = \frac{8.813.110,00}{35.090.491,20} = 25,12\%$$

Constata-se que a dependência das transferências da Administração Central se situa nos 25,12% da receita total.

4.2.2.2 Despesa

4.2.2.2.1 Despesas Correntes

A execução orçamental da despesa corrente totalizou 17.143.782,55€, o que representa um decréscimo de (2,36%), em relação ao período homólogo anterior.

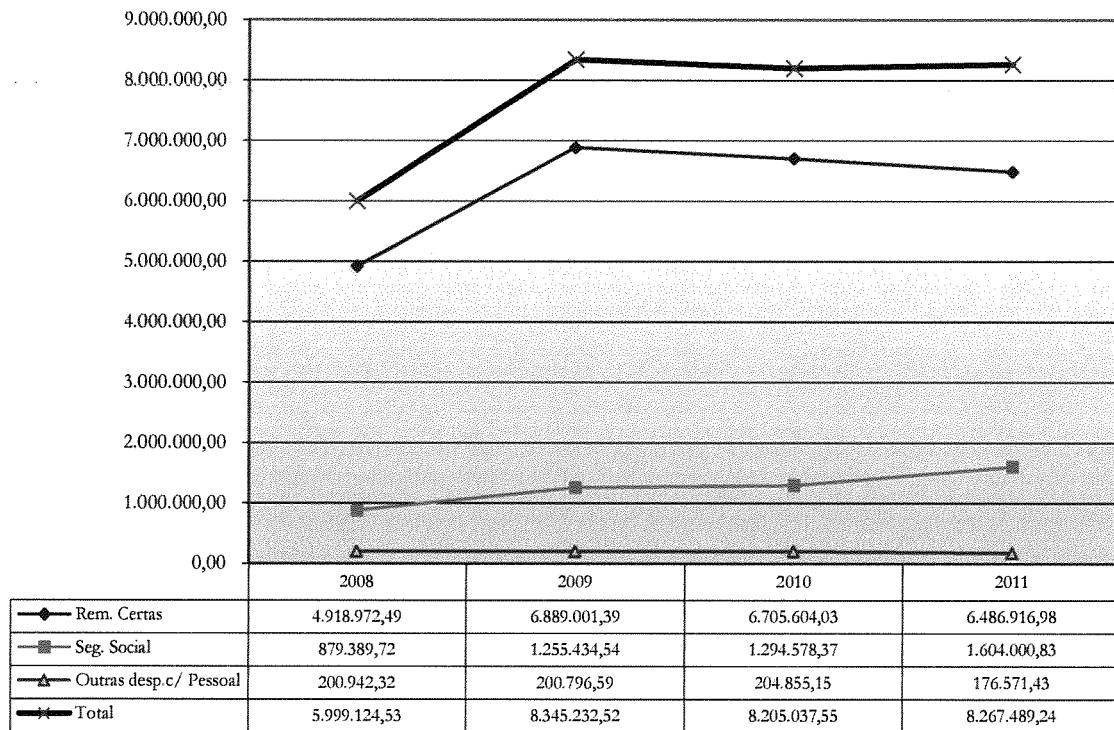
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

Descrição	2008	2009	Var.%	2010	Var.%	2011	Var.%	Estr.%
1 Pessoal	5.999.124,53	8.345.232,52	39,11	8.205.037,55	-1,68	8.267.489,24	0,76	48,23
3 Aquisição de Bens	359.635,46	383.703,03	6,69	292.499,73	-24,41	211.599,20	-27,66	1,23
4 Aquisição de Serviços	4.402.364,14	5.126.134,77	16,99	5.715.535,59	11,50	5.674.475,00	-0,72	33,10
Transferências 5 Correntes	2.297.033,27	3.147.401,97	37,02	2.292.183,11	-27,17	1.848.466,82	-19,36	10,78
6 Encargos Financeiros	799.350,87	1.061.411,97	32,78	818.848,86	-22,85	1.020.256,10	24,60	5,95
Outras Despesas 7 Correntes	177.883,12	1.165.246,62	555,06	233.308,06	-79,98	121.496,29	-47,92	0,71
TOTAL	14.035.391,31	19.229.130,88	37,00	17.557.412,90	-8,69	17.143.782,65	-2,36	100

As despesas correntes correspondem, assim, a 48,60% da despesa total.

Devido ao peso que o grupo das despesas com pessoal representa no orçamento, complementa-se o presente relatório com os elementos indispensáveis à análise desenvolvida nesta rubrica e os respetivos limites legais.

Evolução das Despesas Correntes: Pessoal



Limite legal das despesas com pessoal

	Ano 2010	Ano 2011	Comparação (2011-2010)
Despesas com pessoal	8.205.037,55	8.267.489,24	62.451,69
TOTAL	8.205.037,55	8.267.489,24	62.451,69

O aumento verificado, prende-se sobretudo com pagamentos efetuados à ADSE.

Vejamos alguns **Rácios de Atividade** com esta área funcional:

$$\frac{\text{Peso das Despesas com Pessoal nas}}{\text{Despesas Correntes}} \frac{\text{Despesas com Pessoal}}{\text{Despesas Correntes}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{8.267.489,24}{17.143.782,65} \times 100 = 48,22\%$$

Constata-se que as despesas com pessoal correspondem a 48,22% das despesas correntes.

$$\frac{\text{Peso das Despesas com Pessoal na}}{\text{Despesa Total}} \frac{\text{Despesas com Pessoal}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{8.267.489,24}{35.271.785,13} \times 100 = 23,44\%$$

Se compararmos com a despesa total o seu peso corresponde a 23,44 %.

Quanto à evolução que este tipo de despesa vem assumindo, relativamente ao ano anterior, temos que:

(Desp. c/ Pes. (2011) – Desp. c/ Pes. (2010))/Desp. c/ Pes. (2010) x 100
[(8.267.489,24-8.205.037,55)/8.205.037,55] x100 = 0,76%)

4.2.2.2.2 Despesas de Capital

O montante apurado das despesas de capital cifrou-se em 18.128.002,48€, contribuindo de forma significativa para este valor, as rubricas de Investimento, 81,95 % e Transferências de Capital, 10,11 %. Nestas últimas estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia.

As despesas de capital representam 51,40% da despesa total.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

Descrição		2008	2009	Var.%	2010	Var.%	2011	Var.%	Estr.%
9	Investimento	17.095.685,87	15.172.666,01	-11,25	12.153.188,96	-19,90	14.856.019,91	22,24	81,95
10	Transferências Capital	3.031.056,38	3.602.632,63	18,85	2.456.492,61	-31,81	1.832.205,67	-25,41	10,11
12	Passivos Financeiros	738.965,75	2.335.194,99	216,01	1.009.725,93	-56,76	1.439.776,90	42,59	7,94
13	Outras Despesas de Capital	77.845,00	0,00	-100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		20.943.553,00	21.110.493,63	0,80	15.619.407,50	-26,01	18.128.002,48	16,06	100

O montante relativo à rubrica Investimento continua a ser alto, fruto das apostas em obras estruturantes, designadamente na Educação, Variantes, Zonas Industriais, espaços de lazer e qualificação viária.

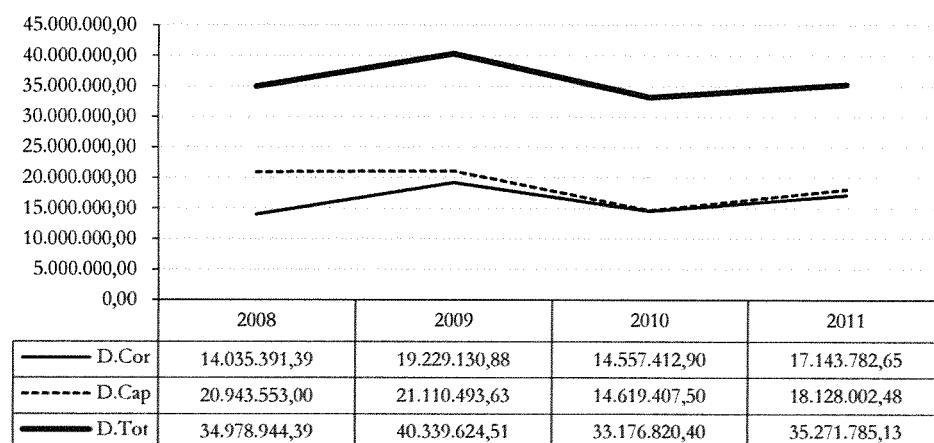
4.2.2.2.3 Evolução da Despesa Total

O quadro evolutivo das despesas correntes e de capital, permite a análise da contribuição de cada um dos grupos para o acréscimo registado, constatando-se que, as despesas correntes tiveram uma variação negativa de 413.630,25€, (2,36%), e as despesas de capital registaram uma variação positiva de 2.508.594,98€, 16,06%). As despesas correntes representam 48,60% da despesa total, enquanto as despesas de capital representam 51,40% da despesa total.

EVOLUÇÃO RESUMO DA DESPESA TOTAL

	(€)							
	2008	2009	Var.%	2010	Var.%	2011	Var.%	Estr.%
Despesas Correntes	14.035.391,39	19.229.130,88	37	17.557.412,90	-8,69	17.143.782,65	-2,36	48,60
Despesas Capital	20.943.553,00	21.110.493,63	0,80	15.619.407,50	-26,01	18.128.002,48	16,06	51,40
DESPESA TOTAL	34.978.944,39	40.339.624,51	15,32	33.176.820,40	-17,76	35.271.785,13	6,31	100

Evolução Resumo da Despesa



Rácios de Atividade

Peso das Despesas Correntes na Despesa Total

$$\frac{\text{Despesas Correntes}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{17.143.782,65}{35.271.785,13} \times 100 = 48,60\%$$

Peso da Aquisição de Bens e Serviços na Despesa Total

$$\frac{\text{Aq. Bens e Serviços}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{5.886.074,20}{35.271.785,13} \times 100 = 16,69\%$$

A aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento do Município, cifra-se em 16,69% da despesa total, sendo de realçar o peso significativo que há nesta rubrica do serviço de transportes escolares e dos serviços prestados pela Gespaços.

Cobertura da Despesa Total (no contexto das Transferências da Administração Central)

Peso das Transferências Totais na Despesa Total

$$\frac{\text{Transferências Totais}}{\text{Despesa Total}} \times 100 \Leftrightarrow \frac{13.171.342,84}{35.271.785,13} \times 100 = 37,34\%$$

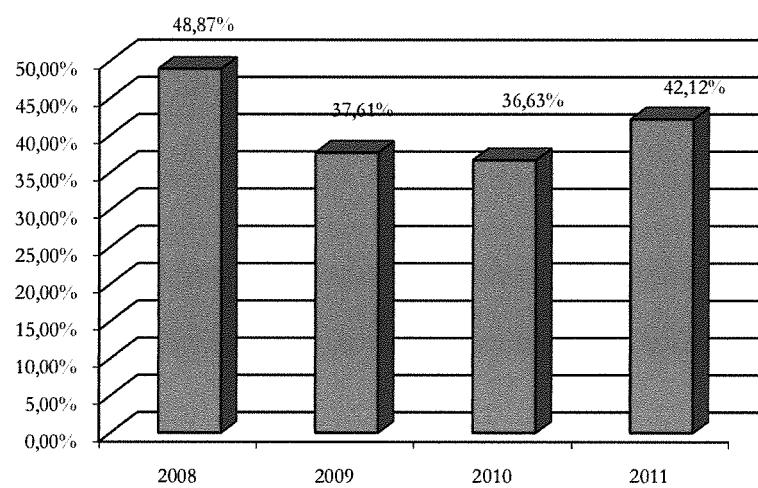
A despesa total do Município é suportada em 37,34% pelas Transferências da Administração Central (inclui a participação nos impostos do Estado e delegação de competências).

4.2.2.2.4 Investimento

O quadro patenteia o volume de investimento realizado no quadriénio, no contexto da despesa total realizada em cada exercício económico.

EVOLUÇÃO RESUMO DO INVESTIMENTO TOTAL

	(€)							
	2008	2009	Var.%	2010	Var.%	2011	Var.%	Estr.%
Investimento	17.095.685,87	15.172.666,01	-11,25	12.153.188,96	-19,90	14.856.019,91	22,24	42,12
DESPESA TOTAL	34.978.944,39	40.339.624,51	15,32	33.176.820,40	-17,76	35.271.785,13	6,31	100



4.2.2.3 Endividamento

4.2.2.3.1 Capacidade de Endividamento por empréstimos a médio e longo prazo

Controlo dos Limites Gerais dos Empréstimos

Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Cálculo nos termos do art.º 53º da Lei do Orçamento do Estado para 2011

ANO (n)	APURAMENTO DO LIMITE LEGAL MLP		ENCARGOS DISPONÍVEIS
	Limite para EMLP é igual ao valor do EMLP registado a 30/09/2010 acrescido do valor resultante do Rateio	Dívida *1	
2011	11.455.559 + 621.662 = 12.077.220€	31/12/2011 (n) 10.639.484,18€	1.437.735,82€

*1 Excecionam-se os empréstimos que não entram para a capacidade de endividamento - art.º 39 e 61º da LFL

Dívida MLP a 31/12/2011

Finalidade	Entidade	Capital		Dívida em	Dívida em
Empréstimo	Credora	Contratado	Utilizado	01-01-2011	31-12-2011
Aquisição e Instalação Esq. 12 e variante sul E.N. 207 P.F. - N	B.E.S.	1.995.191,59	1.995.191,59	427.624,47	285.118,47
Financ.Projectos const. Plano Atividades 2000 (n.º 47/987/19,27,35) - N	C.G.D	2.992.787,38	2.992.787,38	1.823.827,81	1.823.827,81
Var. Sul à E.N. 207 P. Fer./Freamunde 1ª /2ª fases (n.º 43/787/19) - N	C.G.D	476.102,59	476.102,59	162.083,51	143.191,59
Redes Isoladas de Saneamento (n.º 42/987/19) - N	C.G.D	61.501,78	61.501,78	20.937,55	18.497,13
Exec. de várias obras constantes Plano Atividades (n.º 296/687/19) - N	C.G.D	1.745.792,64	1.745.792,64	1.282.221,37	1.282.221,37
Terrenos Acolhimento empresarial, Infra estruturação Acolhimento Empresarial e Construção Variantes	C.G.D	4.300.000,00	4.300.000,00	4.198.627,81	4.198.627,81
Empréstimo PREDE	BPI e DGT	3.800.000,00	3.800.000,00	3.344.000,00	2.888.000
Total		15.371.375,98	15.371.375,98	11.259.322,52	10.639.484,18

Receitas: Impostos Municipais, FEF, IRS e Derrama de 2011

RECEITA TOTAL	14.700.063,62
1. Impostos Municipais	5.500.110,06
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	3.429.774,98
Imposto Municipal sobre as transmissões Onerosas de Imóveis (IMIT)	1.276.401,19
Imposto Único Municipal (IUC)	774.437,08
Contribuição Autárquica	18.222,37
Imposto Municipal de Sisa	1.274,44
2. Derrama	456.661,56
3. FEF + IRS	8.743.292,00

Para o exercício de 2011 o Município continuou com alguma margem em termos de limite de endividamento para empréstimos de médio e longo prazo, tendo em 31 de Dezembro de 2011, uma margem de 1.437.735,82 €.

4.2.2.3.2 Evolução das Dívidas

Dívidas a Instituições de Crédito

Dívidas a Instituições de Crédito – Médio e Longo Prazo

2010	2011	Tx Var. %
24.917.749,25	24.099.992,64	(-)3,3

4.3 Indicadores de Gestão

Os indicadores são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação económico-financeira do Município.

Rácios Financeiros

	2010	2011
Liquidez:		
<u>Liquidez Geral:</u> (Ativo Circulante/Passivo Circulante) 19.723.899,48 / 39.914.087,71	0,37	0,49
<u>Liquidez Reduzida:</u> (Ativo Circulante-Existências/Passivo Circulante) 19.675.177,03 / 39.914.087,71	0,36	0,49
<u>Liquidez Imediata:</u> (Depósitos Bancários+Caixa/Passivo Circulante) 1.010.898,27 / 39.914.087,71	0,08	0,03
Financeiros:		
<u>Autonomia Financeira</u> (Fundos Próprios/Ativo) 89.987.175,33 / 218.861.027,67	0,59	0,41
<u>Estrutura Financeira:</u> (Fundos Próprios/Passivo ml prazo) 89.987.175,33 / 24.009.992,64	3,96	3,75
<u>Solvabilidade Total:</u> (Ativo/Passivo) 218.861.027,67 / 128.873.852,34	2,45	1,70

5.

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE RESULTADOS

5 PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício apurado é de, **(1.809.630,70€)**.

Dispõe o POCAL (p. 2.7.3.) de que “a aplicação do resultado líquido do exercício, é aprovado pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo”.

Dado que o Resultado Líquido do Exercício foi negativo, não é necessário efetuar reforço do Património, nem constituir Reservas.

6.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

6 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

Neste ponto salienta-se a continuidade da aposta do Município na Educação, tendo sido concluídos e entrado em funcionamento no decorrer do ano de 2011 quatro Centros Escolares e a Escola 2,3/S de Freamunde. Do lado da receita, verifica-se a forte diminuição em tudo o que está dependente de conjuntura económico-financeira, conjugado com o corte de transferências que o Estado efetuou em 2011.

Outro facto relevante a considerar em 2011 é o corte das transferências do estado. Em dois anos o incumprimento da Lei das Finanças Locais através dos PEC, do PAEF e dos Orçamentos de Estado significou uma perda de 4M€ para os cofres municipais.

A situação económica de várias famílias determinou ainda o disparar de despesas com ação social escolar, refeições e outros apoios sociais.

7.

***FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO
EXERCÍCIO***

7 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Neste ponto há a realçar um novo corte das transferências do Estado para as Autarquias Locais, o que vai provocar uma diminuição da capacidade do Município efetuar novos investimentos, bem como manter os compromissos assumidos anteriormente. Espera-se que a revisão da Lei das Finanças Locais prevista para o corrente ano venha fazer justiça ao Município de Paços de Ferreira e acabe com a penalização comparativa que já foi evidenciada no anterior Relatório de Gestão, ou seja, diminuir as diferenças significativas das transferências do Estado que se verificam em relação a outros Municípios com população idêntica e em muitos casos com 10% da população de Paços de Ferreira.

Há ainda a salientar a entrada em vigor da Lei dos Compromissos, Lei N.º 8 de 2012 de 21 de Fevereiro, que vem alterar por completo os procedimentos adotados pelos Municípios no que respeita à assunção de novos compromissos e dos pagamentos em atraso. Logo que regulamentada, determinará um processo de negociação das despesas com pagamento em atraso, que ao que tudo indica, será facilitada por uma linha de crédito de apoio aos Municípios com maiores dificuldades.

8.

NOTAS FINAIS

8 NOTAS FINAIS

Notas finais:

Verifica-se uma estabilização dos encargos com pessoal. O peso das despesas com pessoal nas despesas totais diminuiu ligeiramente;

O resultado líquido de exercício – Diferença entre custos e proveitos diminuiu 83%. Ficou em 1.809.630,7€;

Verifica-se um decréscimo de receitas entre as quais as Transferências do estado;

Verifica-se o cumprimento do equilíbrio orçamental, ou seja, as despesas correntes não ultrapassam as receitas correntes;

Verifica-se que aumentou o peso das despesas de investimento, nas despesas de capital – peso 81,95%;

Verifica-se diminuição da dívida em cerca de 600.000€;

Verifica-se que foram cumpridos os limites de endividamento líquido;

Verifica-se que o Município dispõe de capacidade de endividamento bancário de 1.437.735,82€;

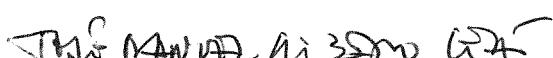
Verifica-se uma redução da dívida bancária no valor de 1.000.000€;

As despesas Correntes baixaram e foram superadas pelas Despesas de Capital.

Considerando os créditos a receber até 31/12/2011, próximos de 6M €, teríamos uma redução significativa da dívida.

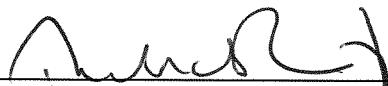
Paços do Município de Paços de Ferreira, Abril de 2012.

O Responsável pelos Serviços



(José Manuel Ribeiro Leão, Dr.)

O Presidente da Câmara



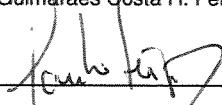
(Pedro Alexandre Oliveira Cardoso Pinto)

Os Vereadores



(Manuel Eugénio Pinheiro Martins Coelho, Dr.)

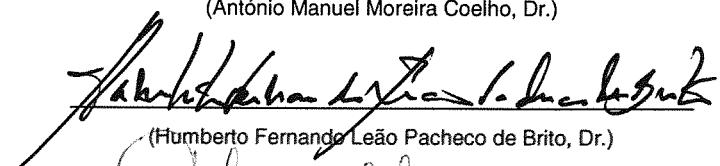
(Maria Alice Guimarães Costa R. Ferreira, Dra.)



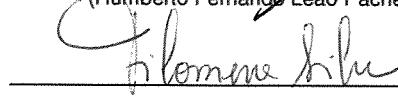
(Paulo Sérgio Leitão Barbosa, Dr.)



(António Manuel Moreira Coelho, Dr.)



(Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito, Dr.)



(Filomena Luís Nogueira da Silva, Dra.)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

1/4
Anjos

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do “**Município de Paços de Ferreira**”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 218.861.027,67 euros e um total de fundos próprios de 89.987.175,33 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.809.630,70 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 35.271.785,13 euros de despesa paga e um total de 35.090.491,20 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o realce da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame das demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 10, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;



2/4

- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Dada a dimensão, multiplicidade e em certos casos antiguidade dos elementos integrantes do imobilizado do Município, associada à sua dispersão, assim como à insuficiente informação interna, quer sobre os critérios valorimétricos utilizados na valorização do imobilizado corpóreo, quer sobre o grau de acabamento do imobilizado em curso, proveniente de exercícios anteriores, não nos é possível emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação do valor das correspondentes rubricas apresentadas no balanço, assim como das correspondentes amortizações e dos subsídios para investimentos e, consequentemente, dos seus efeitos nos resultados.
8. A conta "2745 – Subsídios para Investimento" evidencia no balanço o saldo de € 45.921.415,09. Dado este subsídios estarem associados aos activos, deverão ser movimentados anualmente numa base sistemática para a conta "7983 – Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital". O montante do proveito a reconhecer anualmente deverá ser calculado na proporção das amortizações do activo imobilizado a que respeitam. A contabilidade não regista o proveito inerente a esta situação e não nos foi possível apurar o respectivo montante.
9. As dívidas a terceiros de curto prazo, tipificadas em fornecedores e outros credores, relevadas no Balanço ascendem a € 39.914.087,91. Os procedimentos de confirmação externa dos saldos destas rubricas permitiram-nos apenas confirmar o montante de € 13.319.775,50. Dada a extensão das entidades e multiplicidade dos movimentos associados, não nos foi possível adotar procedimentos alternativos de auditoria suficientemente abrangentes. Pelo exposto não estamos habilitados a formar uma opinião devidamente fundamentada sobre os saldos destas rubricas, bem como sobre eventuais passivos contingentes



3/4
[Signature]

10. As contas "228 – Fornecedores – Facturas em recepção e conferência" e "2618 – Fornecedores de Imobilizado – Facturas em recepção e conferência", evidenciam os valores de € 10.619.609,91 e € 6.475.763,13, respectivamente, sendo que parte significativa destes montantes respeita a compromissos assumidos, os quais deveriam estar relevados nas contas de execução orçamental da despesa e nas contas patrimoniais "221 – Fornecedores c/c" e "2611 – Fornecedores de Imobilizado - c/c". Não nos foi possível apurar os montantes dos compromissos assumidos relevados nas anteditas contas "228 – Fornecedores – Facturas em recepção e conferência" e "2618 – Fornecedores de Imobilizado – Facturas em recepção e conferência".
11. Em 2008, por deliberação do Órgão Executivo, foi assumido pelo Município a restituição aos municípios das despesas suportadas referentes a taxas e tarifas de ligação, inspecção, colocação de contadores e de construção de ramais, de acordo com as disponibilidades orçamentais e de tesouraria, estimadas em 4,5 milhões de euros.

De acordo com informação do Sr. Presidente do Município, que arquivamos, esta estimativa veio a fixar-se em € 3.733.358,81. Estas despesas foram restituídas em € 1.294.774,62, subsistindo um passivo de € 2.438.584,19 não relevado no Balanço.

OPINIÃO

12. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 10, bem como os efeitos da situação descrita no parágrafo nº 11, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do "**Município de Paços de Ferreira**" em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

ÊNFASES

13. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 13.1. No Balanço a contra "Outros devedores" releva o montante de € 18.594.114,09, dos quais € 14.078.576,03 respeitam a proveitos diferidos, com contrapartida na conta "2749 – Outros



4/4
Jorge

"Proveitos Diferidos", com fundamento nas receitas a cobrar até ao final de contrato de concessão firmado com a EDP.

- 13.2. Não referenciamos no processo de auditoria apólices de seguros relativas à cobertura de riscos dos imóveis pertencentes ao Município.
- 13.3. O Município não elaborou as demonstrações financeiras consolidadas. Estas deveriam ter sido elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo nº 47º da LFL e pela Portaria nº 474/2010, de 15 de Junho, pela câmara municipal e submetidas a apreciação da assembleia municipal conjuntamente com os documentos de prestação de contas do Município, sendo posteriormente publicitadas de harmonia com o previsto no artigo 49º da LFL. Sobre esta matéria o Município apresentou informação referindo que as demonstrações financeiras consolidadas serão submetidas para aprovação oportunamente.

Porto, 26 de Abril de 2012

António José dos Anjos
António Anjos, F. Brandão & Associados - SROC

Representada por: Dr. António José dos Anjos (ROC nº 633)



PARECER DO AUDITOR EXTERNO
SOBRE AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA
EXERCÍCIO DE 2011

Exmos. Senhores Membros
Do Órgão Deliberativo
Do Município de Paços de Ferreira

1. Em cumprimento do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, "António Anjos, F. Brandão & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas" na qualidade de auditor externo do Município de Paços de Ferreira apresenta o Parecer sobre a execução orçamental, o balanço, a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras, que constituem os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2011.

2. No decurso do exercício, acompanhamos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade do Município através de contactos com representantes do Órgão Executivo, bem como por via de esclarecimentos e documentação obtida junto dos serviços.

Procedemos à verificação da regularidade dos livros, valores patrimoniais, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, numa base de amostragem, através da análise das contas, dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados que lhe estão subjacentes.

RELATÓRIO

3. No âmbito das nossas funções verificamos que:
 - 3.1. Os documentos de execução orçamental, o balanço, a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras do Município, foram preparados de acordo com as disposições legais, devendo atender-se aos efeitos das situações descritas na certificação legal das contas;



- 3.2. O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da actividade e da situação do Município, evidenciando os aspectos mais significativos, devendo, de igual modo, atender-se aos efeitos das situações descritas na certificação legal das contas.
4. Obtivemos declaração do Órgão Executivo, a qual, entre outros elementos e informações, atesta que estão registados todos os activos e todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.
5. Decorrente da revisão legal das contas do Município emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual faz parte integrante deste parecer.

PARECER

6. Face ao exposto, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em conta os elementos e os documentos referidos nos pontos precedentes, considerando os efeitos das situações descritas na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Municipal aprove:
- a) O Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- b) A proposta da aplicação do resultado líquido do exercício contida no Relatório de Gestão.

Porto, 26 de Abril de 2012

António Anjos, F. Brandão & Associados - SROC

Representada por: Dr. António José dos Anjos (ROC nº 633)



**RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO
SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

DO MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA

DO EXERCÍCIO DE 2011

Ao:

ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1.** O presente relatório de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Paços de Ferreira, reportada a 31 de Dezembro de 2011, é emitido nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).
- 1.2.** A análise a que procedemos tem por base os documentos de execução orçamental, o Balanço e Demonstração de Resultados, reportados a 31 de Dezembro de 2011.

2. RESPONSABILIDADES

- 2.1.** É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal a preparação e elaboração das demonstrações financeiras consubstanciadas nos referidos documentos de execução orçamental, no Balanço e Demonstração de Resultados, reportados a 31 de Dezembro de 2011.
- 2.2.** A nossa responsabilidade consiste em analisar e apreciar de forma independente a informação financeira expressa nesses mesmos documentos com a finalidade de recolher informação sobre a situação económica e financeira do Município.



A estrutura dos proveitos e ganhos demonstra que 53,11% resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assume relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do orçamento do Estado.

As receitas próprias, medidas nas suas principais componentes representam o total de 36,74%, assim desagregado:

- Vendas e prestações de serviços: 5,32%
- Impostos e taxas: 31,42%

4.1.2. Custos e Perdas

Apresenta-se na Tabela 4 a estrutura de custos e perdas.

Tabela 4: Estrutura dos Custos e Perdas

Estrutura dos Custos e Perdas	31 de Dezembro de 2011	
	Montante	Percentagem
61 - Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	34.053,00	0,14%
62 - Fornecimento e serviços externos	7.665.835,28	30,65%
64 - Custos com o pessoal	8.008.659,65	32,02%
63 - Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	1.909.118,39	7,63%
66 - Amortizações do exercício	2.376.366,23	9,50%
67 - Provisões do exercício	14.261,07	0,06%
65 - Outros custos e perdas operacionais	25.595,14	0,10%
68 - Custos e perdas financeiras	2.850.701,36	11,40%
69 - Custos e perdas extraordinários	2.126.531,45	8,50%
Custos Totais	25.011.121,57	100,00%

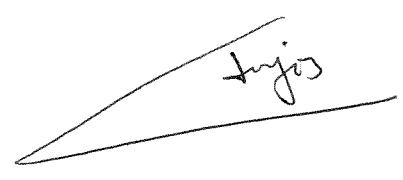
Os fornecimentos e serviços externos (30,65%), os custos com o pessoal (32,02%), as amortizações do exercício (9,50%) e os custos e perdas financeiras (11,40%) são os que detêm um maior peso sobre a estrutura dos custos e perdas.

Os custos e perdas extraordinários devem essencialmente a transferências de capital concedidas.

4.1.3. Resultados

Decorrente dos custos e perdas e dos proveitos e ganhos anteriormente descritos, o resultado do exercício é negativo e cifra-se em € 1.809.630,70.

Todavia, devem considerar-se as situações descritas na certificação legal das contas, no que respeita aos efeitos das mesmas na formulação do resultado líquido do exercício.

5. ANÁLISE FINANCEIRA

5.1. Análise da situação financeira

5.1.1. Dívidas de Terceiros

Apresenta-se na Tabela 5 as dívidas de terceiros.

Tabela 5: Dívidas de terceiros

Conta	Designação	31 de Dezembro de 2011
	Dívidas de terceiros - curto prazo	18.664.278,76
218	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	70.164,67
264	Administração autárquica	
262+263+267+268	Outros devedores	18.594.114,09
	Dívidas de terceiros - médio e longo prazos	0,00
	Total da dívida de terceiros	18.664.278,76

5.1.2. Dívidas a Terceiros

Apresenta-se na Tabela 6 as dívidas de terceiros.

Tabela 6: Dívidas a terceiros

Conta	Designação	31 de Dezembro de 2011
	Dívidas a terceiros de curto prazo	39.914.087,91
269	Adiantamentos por conta de vendas	47.200,00
221	Fornecedores c/c	2.324.655,92
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	10.619.609,91
217	Clientes e Utentes c/ cauções	266.032,70
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	7.165.429,19
24	Estado e outros entes públicos	86.023,50
262+263+267+268	Outros credores	12.929.373,56
223	Fornecedores por vendas a dinheiro	
2618	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	6.475.763,13
	Dívidas a terceiros de médio longo prazo	24.099.992,64
2312	Dívidas a instituições de crédito	24.099.992,64
	Total da dívida a terceiros	64.014.080,55



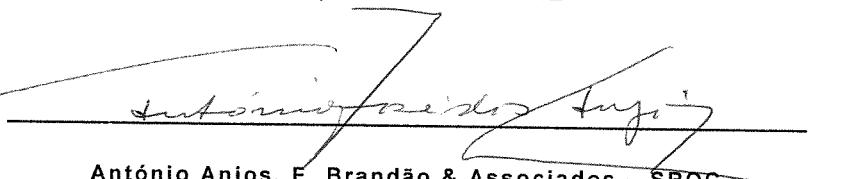
5.2. Análise do endividamento

Tendo presente o instituído no Título IV da Lei das Finanças Locais e de acordo com o artigo 53º da Lei do Orçamento do Estado para 2011, alterado pela Lei n.º 60-A/2011 de 30 de Novembro, pela análise das contas, e sem ter em consideração os efeitos das situações descritas na Certificação Legal das Contas, relativamente ao limite do endividamento líquido do Município e ao limite geral dos empréstimos do Município, verifica-se que:

- a) Não é excedido o limite previsto no nº 1 do artigo 37º da Lei das Finanças Locais;
- b) Não é excedido o limite previsto no nº 1 do artigo 39º da Lei das Finanças Locais;
- c) Não é excedido o limite previsto no nº 2 do artigo 39º da Lei das Finanças Locais.
- d) O Município verifica a situação descrita na alínea a) do nº 3 do artigo 41º da Lei das Finanças Locais.

Nos termos do disposto no artigo 3º do DL nº 38/2008, de 7 de Março, o Município encontra-se em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, preenchendo as situações previstas nas alíneas b) e d) do nº 4 do mesmo artigo.

Porto, 26 de Abril de 2012


António Anjos, F. Brandão & Associados – SROC

Representada por: Dr. António José dos Anjos (ROC nº 633)